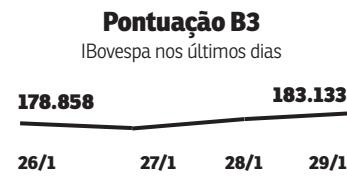
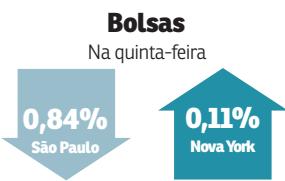


Economia

7 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 30 de janeiro de 2026

Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dab.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)



	Dólar	Últimos
26/janeiro	5,279	
27/janeiro	5,206	
28/janeiro	5,206	
29/janeiro	5,206	



Inflação	IPCA do IBGE (em %)
Agosto/2025	-0,11
Setembro/2025	0,48
Outubro/2025	0,09
Novembro/2025	0,18
Dezembro/2025	0,33

CRÉDITO

Dívidas representam metade da renda familiar

Empréstimos consignados, cartões de crédito e financiamentos comprometeram quase 50% dos recursos dos brasileiros em 2025

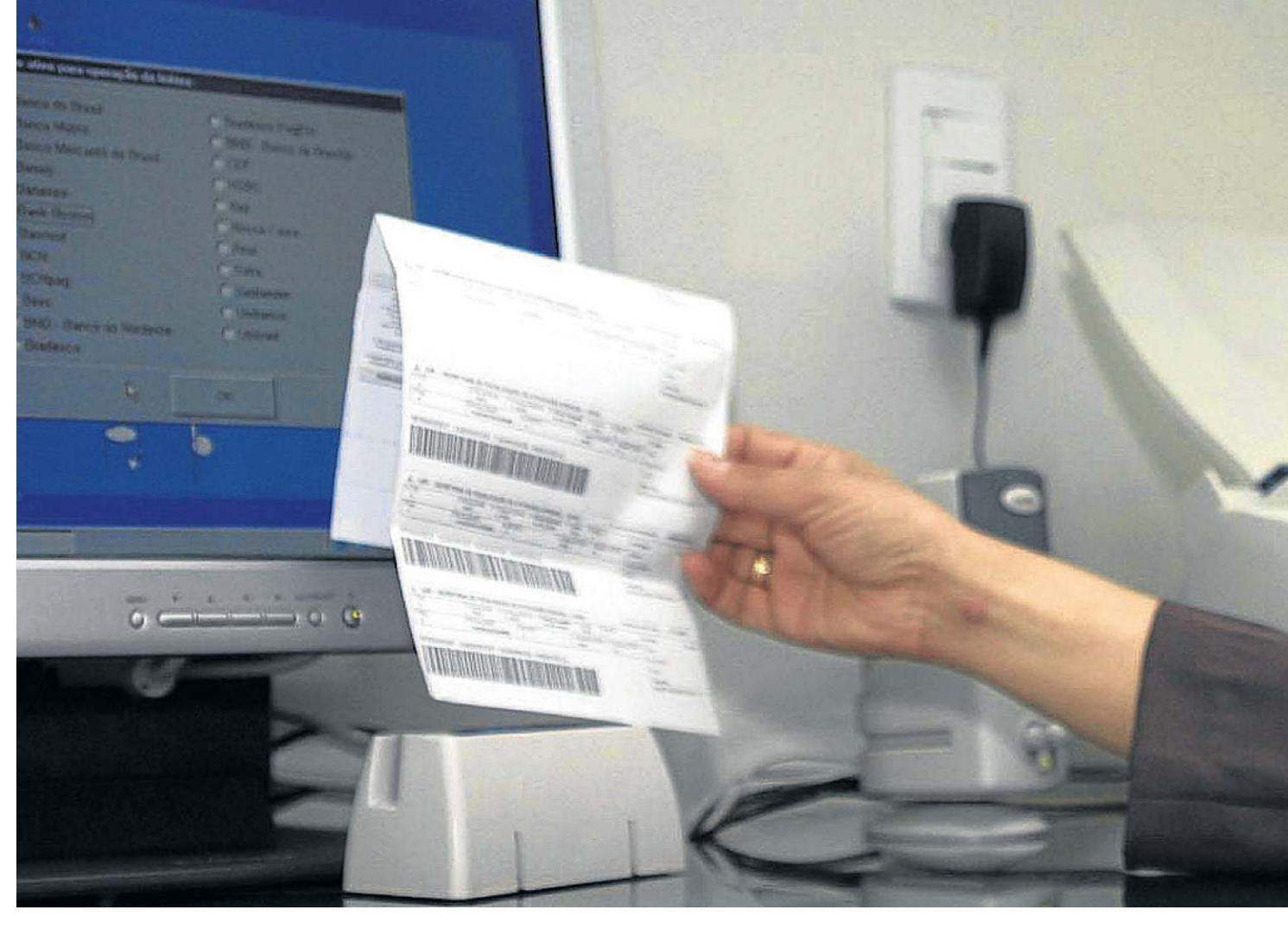
» RAPHAEL PATI

As famílias brasileiras ficaram mais endividadas no ano passado, de acordo com dados publicados, ontem, pelo Banco Central (BC). A pesquisa *Estatísticas monetárias e de crédito* mostra que o endividamento das famílias chegou a 49,8% no fim de 2025, o que representa um aumento de 1,5 ponto percentual (p.p.) na comparação com o ano anterior, e de 0,5 p.p. ante novembro. O percentual é o maior já registrado desde o início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e está próximo do recorde histórico de julho de 2022, quando chegou a 49,9%.

Esse percentual significa que, na média, quase metade de todos os recursos que as famílias recebem durante o ano corresponde às dívidas, o que inclui empréstimos pessoais, crédito consignado, cartão de crédito e financiamentos. Esse nível chegou a ter um período de queda ainda no início do atual governo. Em dezembro de 2023, ficou em 47,7%. A queda se deveu, principalmente, ao lançamento do programa Desenvrola, que tinha o objetivo de facilitar a renegociação das dívidas com abatimento dos juros acumulados.

Apesar do sucesso em um primeiro momento, os efeitos do programa logo começaram a ser dissipados com o aumento da taxa básica de juros, principalmente, a partir de 2024. Desde o último mês de junho, a Selic permanece no patamar de 15% ao ano — o maior desde 2006. Nos 12 meses, o comprometimento de renda, que representa o percentual da receita mensal da família destinado ao pagamento de dívidas e despesas fixas, como aluguel, condomínio e empréstimos, avançou 2,2 p.p., chegando à máxima histórica de 29,3%.

A pesquisa também mostra que, no crédito livre às famílias — quando o banco tem autonomia para emprestar dinheiro e definir as taxas de juros cobradas aos clientes —, a taxa média anual chegou a 60,1%, o que



Os boletos de pagamento comprometem quase metade de tudo o que ganham as famílias brasileiras, apesar do alto custo das dívidas

representa um aumento de 7 p.p. na comparação com o fim do ano anterior. Entre os destaques para essa expansão estão o crédito pessoal não consignado, o cartão de crédito parcelado e a maior participação da carteira de cartão de crédito rotativo. A inadimplência no crédito livre às famílias ficou em 6,9%, com alta de 1,7 p.p. nos 12 meses de 2025.

Crédito rotativo

Na avaliação do chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha,

o pagamento do 13º salário e as festas de fim de ano, fizeram com que o saldo do cartão de crédito crescesse 2,7% no mês, principalmente, em função das operações com cartão à vista, que cresceram 3,6% no mesmo período. "Aí, os saldos do cartão rotativo se reduzem no mês de dezembro. É claro que uma parte desse recurso extra de final de ano também foi usado para pagar as dívidas do cartão", comentou Rocha, na apresentação do relatório.

Sobre o cartão rotativo, o representante do BC disse que a

modalidade permanece com taxas de juros proibitivas, "elevadíssimas", e expõe as fragilidades no uso dessa alternativa de financiamento. "(O crédito rotativo) é uma modalidade emergencial, sem nenhuma garantia. Todos os clientes devem fugir dela o máximo possível e tentar fazer o seu planejamento financeiro, além de evitar excessos de compras no cartão. E, outra vez, buscar meios para tentar pagar essa fatura do cartão, para que ela não gere crédito rotativo com essas taxas de juros elevadíssimas", aconselhou.

Em 2025, o Indicador de Custo do Crédito (ICC), que mede o custo médio de toda a carteiraativa de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), chegou a 23,4% ao ano, com um aumento de 1,9 p.p. no ano e uma redução de 0,2 p.p. em dezembro. O percentual de inadimplência do crédito total, que considera os atrasos acima de 90 dias, atingiu 4,1% da carteira no último mês do ano — um aumento de 1,1 p.p. em relação ao final de 2024.

Ao considerar somente as empresas, o percentual de inadimplência ficou em 2,5%, após alta



(O crédito rotativo) é uma modalidade emergencial, sem nenhuma garantia. Todos os clientes devem fugir dela o máximo possível e tentar fazer o seu planejamento financeiro, além de evitar excessos de compras no cartão. E, outra vez, buscar meios para tentar pagar essa fatura do cartão, para que não gere crédito rotativo com essas taxas de juros elevadíssimas"

Fernando Rocha, chefe do Departamento de Estatísticas do BC

de 0,5 p.p. no ano. Em relação ao crédito às famílias, a inadimplência subiu 1,5 p.p. no ano e atingiu 5%. Somente no mês de dezembro, esse percentual cresceu 0,1 p.p. na carteira de crédito total e de pessoas físicas e manteve-se estável no segmento de crédito às pessoas jurídicas. No segmento de crédito com recursos livres, a inadimplência registrou alta de 1,3 p.p. em 2025 e chegou a 5,4%. Já no crédito livre às empresas, a inadimplência cresceu 0,7 p.p. no ano e atingiu 3,2% da carteira.

MERCADO FINANCEIRO

Dólar derrete após Copom manter os juros nas alturas

» PEDRO JOSÉ*

O dólar registrou, ontem, queda de 0,25% e encerrou o dia cotado abaixo de R\$ 5,20 pela primeira vez desde maio de 2024. No fechamento do pregão, a moeda norte-americana foi negociada a R\$ 5,195 na taxa de compra. O movimento se deu após o Comitê de Política Monetária (Copom) decidir, na véspera, pela manutenção da taxa Selic em 15% ao ano, com sinalização de início do ciclo de cortes a partir de março. A decisão foi acompanhada de perto pelos investidores, assim como os desdobramentos da política monetária nos Estados Unidos.

De acordo com Bruno Shahini, especialista em investimentos da Nomad, o dólar segue o caminho de estabilidade dos últimos dias. A divisa apresentou elevada volatilidade ao longo do pregão de ontem, chegando a avançar mais de 1% nos momentos de maior estresse.

"O movimento foi impulsionado pelo aumento da aversão ao risco no exterior, em meio à escalada das tensões geopolíticas envolvendo o

Irá e à queda das bolsas norte-americanas, com investidores ainda digerindo os resultados das big techs (que estão apresentando resultados financeiros abaixo do esperado por causa dos investimentos elevados em inteligência artificial). Esse ambiente mais defensivo levou o ouro a subir cerca de 3% no intraday, movimento que perdeu força ao longo da tarde, com o metal precioso encerrando próximo da estabilidade", explicou.

Dinâmica semelhante aconteceu no índice DXY (Índice do Dólar), que passou a recuar conforme o estresse global diminuiu ao longo do pregão, com o real acompanhado a perda de força do dólar.

"No mercado doméstico, a valorização de aproximadamente 3% do petróleo e, também, do minério de ferro, deu suporte adicional ao movimento de recuperação real", concluiu Shahini.

O Ibovespa, por sua vez, registrou queda 0,84% após o encerramento do pregão de ontem e pôs fim à sequência positiva da semana. No fim do dia, a cotação do

principal indicador do desempenho médio das cotações das ações negociadas na Bolsa de Valores brasileira foi de 183.133 mil pontos. A queda foi seguida de uma alta registrada pela manhã, quando alcançou 186.365 mil pontos, por volta das 11h45.

Movimento que ocorreu após o Federal Reserve (banco central dos EUA) anunciar a manutenção da taxa básica de juros no intervalo entre 3,5% e 3,75%. A decisão não foi unânime: os dirigentes Stephen I. Miran e Christopher J. Waller votaram por um corte de 25 pontos-base.

Na avaliação do economista Davi Lelis, sócio da Valor Investimentos, o mercado busca sinais de maior confiança do Banco Central para iniciar um ciclo gradual de cortes a partir de março. Uma sinalização explícita nesse sentido pode sustentar o fluxo de capital estrangeiro e manter o desempenho alto da bolsa.

Lelis também destaca que a queda do dólar e a alta recente do Ibovespa, apesar da última queda de menos de 1%, reflete o diferencial de juros entre Brasil e Estados Unidos, que favorece operações de "carry trade", além do desempenho de empresas ligadas a commodities e da melhora na percepção de risco do país. Esse conjunto de fatores tem colocado o Brasil entre os principais destinos do capital internacional no início de 2026.

*Estagiário sob a supervisão de Vinicius Doria



Queda do dólar reflete política de juros e incertezas da economia global que alimentam aversão ao risco